

Corpos e territórios: refletindo sobre biotecnologias, gênero, ambiente e saúde a partir de ações de mulheres do sul

Bodies and territories: reflecting on biotechnologies, gender, environment and health from actions of southern women

Márcia Maria Tait Lima

Pós-doutoranda (PNPD/Capes)
Dep. de Política Científica e
Tecnológica da Universidade
Estadual de Campinas.

marcia.tait@gmail.com

Rebeca Buzzo Feltrin

Pós-doutoranda (PNPD/Capes)
Dep. de Política Científica e
Tecnológica da Universidade
Estadual de Campinas.

rebecafeltrin@gmail.com

Maria Conceição da Costa

Professora titular. Departamento
de Política Científica e Tecnológica
da Universidade Estadual de
Campinas.

dacosta@ige.unicamp.br

Recebido em: 11/01/2019

Aceito em: 09/02/2019

RESUMO

Este artigo discute as relações entre ações coletivas de gênero frente às tecnologias de base biotecnológica, ressaltando algumas questões éticas, epistêmicas e políticas que permeiam a aplicabilidade dessas tecnologias e seus impactos na vida das mulheres. Para isto desenvolvemos um paralelo entre as biotecnologias na área biomédica (“vermelhas”) e agroindustrial (“verdes”), percorrendo sobre dois casos de ações coletivas de mulheres no Brasil: medicalização/parto natural e agricultura industrial/camponesa. Traremos elementos para pensar sobre novas formas de resistência das mulheres, mobilizando conceitos a partir das epistemologias feministas e dos estudos sociais da ciência e tecnologia.

Palavras-chave: Biotecnologias. Gênero. Saúde. Agricultura. Movimentos Sociais

Abstract

This article aims to discuss gender relations about the biotechnology-based technologies, highlighting some ethical and political issues in the context of applicability of these technologies and their impacts on women's lives. For this we developed a parallel between biotechnologies in the biomedical area (“red”) and in the agroindustrial area (“green”), discussing two specific cases in Brazil – medicalization of childbirth versus natural childbirth and industrial agriculture versus peasant agriculture. Using the framework of feminist epistemology and social studies of science, we will bring elements to think about forms of resistance of women.

Keywords: Biotechnologies. Gender. Health. Agriculture. Social Movements.

Introdução

No cotidiano dos países latino-americanos encontramos realidades agudamente desiguais. As doenças crônicas e ocupacionais tornam-se cada vez mais prevalentes, ao mesmo tempo em que persiste a exclusão de parcela significativa da população a condições básicas de saneamento e cuidado médico (PAIM *et al.*, 2011). O acesso à alimentação suficiente e de qualidade, em termos de componentes nutricionais básicos necessários, garantia de segurança (não contaminação e não toxidade), diversidade e autonomia alimentar (PNUD, 2010; 2013), tão pouco está garantido. Nesse sentido, muitas das promessas de avanços da ciência e tecnologia modernas (como parte das propostas de desenvolvimento mais amplas) não se cumpriram, pois os habitantes da região encontram-se ainda distantes de condições de qualidade de vida e saúde ideais. Por quais motivos essas desigualdades persistem e se manifestam de maneira tão marcada na América Latina? Quais os impactos, as reações e as resistências específicas das mulheres?

Para contribuir para o debate dessas questões este artigo trabalha com olhares e conceitos de distintos campos de conhecimento e com os significados e os repertórios elaborados por duas ações coletivas protagonizadas por mulheres no Brasil: as ações pelo parto humanizado e de mulheres camponesas e indígenas. A perspectiva de gênero dentro dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT) é especialmente importante para esta discussão por delimitar o marco teórico-crítico de uma produção de conhecimento e ciência socialmente comprometidos e situados, em constante interação com os movimentos de mulheres (GARCÍA; SEDEÑO, 1999). Apontam ainda, para a necessidade de uma ciência sucessora, capaz de fazer traduções críticas e transformadoras do mundo (HARDING, 1993; 1998; HARAWAY, 1995).

As questões referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico, bem como suas implicações (positivas ou negativas) serão entendidas como parte de contextos geopolíticos e bioeconômicos mais amplos que tentamos explorar neste artigo a partir da relação assimétrica entre “Norte e Sul”, considerando o Brasil e América Latina como parte deste Sul global. A divisão Norte e Sul é entendida em termos de uma geopolítica do poder econômico e uma geopolítica específica do conhecimento e da tecnociência, ambas em constante interação. Este entendimento parte de referenciais da colonialidade do saber/poder como contribuições teóricas que permitem um enfrentamento das desigualdades históricas e contemporâneas na América Latina. O Sul, portanto, é entendido de forma não estritamente geográfica, mas em termos de estabelecer uma crítica situada que considera aspectos históricos, étnicos, geográficos, como metáfora para as nações, povos, comunidades, que são colocados na periferia do acesso aos recursos e produção de conhecimentos. Quando nos remetemos ao Sul, estamos dialogando principalmente com o grupo Modernidade/Colonialidade e a proposta de “giro descolonial” a partir da América Latina (ESCOBAR, 2003; MIGNOLO, 2015): uma proposta de construção de alteridade do eixo sul, a partir do Oriente e da América Latina (GROSFOGUEL, 2008). Também estamos promovendo este entendimento a partir da noção de “epistemologias do Sul” (SANTOS, 2009) e da luta e resistência de “povos e mulheres do Sul” (SHIVA, 2001; 2007).

Neste artigo trabalharemos com algumas reações e ações de mulheres em torno de dois conjuntos de biotecnologias, as chamadas biotecnologias “vermelhas” (relacionadas à área da saúde), e as “verdes” (relacionadas à agricultura e ao meio ambiente). Nossa análise estará centrada nas tensões, disputas e resistências envolvendo dois casos específicos: a medicalização do parto *versus* parto natural e produção de alimentos pela agricultura industrial *versus* camponesa. A primeira parte do artigo trará a discussão de princípios científicos implícitos na biotecnologia, destacando as noções de reducionismo, objetividade e inserção do sujeito, funcionamento dicotômico e legitimidade. Essas noções introduzem outros conceitos trabalhados nas seções seguintes, que descrevem ações coletivas de resistência aos transgênicos e de medicalização do parto.

Do primeiro caso, destacamos a mobilização de diferentes conhecimentos e o processo de empoderamento feminino envolvendo a ressignificação do parto, entendido como uma forma de reação a um processo mais amplo de biomedicalização do corpo feminino. No segundo, as ações de resistência de mulheres camponesas em movimentos sociais organizados e a noção de “sustentabilidade da vida” e a categoria “corpo-território”, que emerge dos movimentos de mulheres indígenas.

Ao final, apresentaremos algumas conclusões, que aproximam essas ações coletivas de mulheres do Sul em suas potencialidades críticas para a formulação de noções no campo das teorias feministas, e da crítica ao capitalismo/patriarcado em suas implicações atuais para a produção agrícola e para o atendimento à saúde. Buscaremos fortalecer o argumento da existência de afinidades e complementariedades entre ações coletivas dessas mulheres que podem ser entendidas de forma mais abrangente a partir de elos políticos e éticos de resistência à instrumentalização e mercantilização da natureza, das sementes e dos corpos femininos, materializados nas formas de resistência e nas propostas outras para pensar e agir a partir dos “corpos-territórios”.

1 Biotecnologias verdes e vermelhas

As biotecnologias abriram um novo campo de possibilidades de intervenção na vida de forma geral, incluindo, o corpo humano e os procedimentos médicos e terapêuticos. As perspectivas analíticas para esta nova tecnociência foram muitas e indicavam desde uma postura positiva, associada ao ideal do pós-humano e da libertação dos limites do corpo até posturas bastante preocupadas com as novas possibilidades de controle e mercantilização da vida e do corpo humano. Vandana Shiva (2007; 2011), desde uma perspectiva ecológica e dirigida aos ataques sobre a biodiversidade e às condições de existência das mulheres do Sul, sublinha uma lógica de controle e ataque aos seres biológicos que perdem seu “valor em si” e passam a ter apenas valor de mercado, um valor potencial baseado nas informações genéticas que podem ser reprogramadas e recombinadas. Também desde o Sul, mulheres indígenas e camponesas vêm para os “novos extrativismos” e suas formas de violência nos “corpos-territórios”, tema que discutiremos na parte final deste artigo.

O aumento das interações entre a pesquisa biológica e suas implicações na vida social fez a biotecnologia “vermelha” emergir como tema rico para a análise sociológica, o que está explícito na quantidade de trabalhos produzidos no campo desde os anos 1980. Estes trabalhos se orientaram, na maioria das vezes, para o contexto de emergência de novos paradigmas tecnocientíficos em biotecnologia. É possível observar uma interlocução cada vez mais intensa entre ciência, tecnologia e temas que afetam diretamente a vida humana, como saúde e produção de alimentos. Assim como outras atividades sociais, a produção e uso do conhecimento científico tem se tornado uma atividade intensamente regulada e comercializada na vida moderna (ETZKOWITZ *et al.*, 1998, CLARKE *et al.*, 2003).

Há uma nova relação entre ciência, tecnologia e sociedade em evidência quando analisamos a dinâmica da pesquisa biotecnológica. Isso acontece porque é nesse campo que se misturam atores e processos de naturezas sociais distintas (cientistas, médicos, pacientes, políticos, agricultores, etc.), que contribui para uma realocação material e espacial da infraestrutura de pesquisa de alta tecnologia (LOCK, 2007; LOWY; GAUDILLIERE, 2008). Esta nova relação pode ser lida como resultado de uma transformação profunda da pesquisa biológica em nível mundial, desde meados no século passado.

A biologia molecular, umas das principais áreas envolvidas nos desenvolvimentos biotecnológicos, foi capaz de alterar os padrões da pesquisa, dando a ela um *status* científico sem precedentes no século XX. Nos últimos 150 anos, a percepção sobre saúde e doença nas sociedades ocidentais modificou-se drasticamente. Por um lado, avanços técnicos e científicos promoveram a cura de inúmeras doenças e o aumento da expectativa de vida: novos tratamentos, medicamentos e especialidades profissionais aprofundaram o alcance das ciências médicas de forma inédita, ampliando sua centralidade para a vida em sociedade (CONRAD, 2007). Paradoxalmente, esses mesmos avanços complexificaram a percepção sobre o tema, multiplicando controvérsias e incertezas: no decorrer do século passado, as mudanças no perfil epidemiológico contribuíram para a emergência de novas doenças e, com elas, novas percepções sobre os riscos ambientais e comportamentais; novos métodos de diagnóstico e intervenção se estabeleceram. Além disso, as desigualdades no acesso à saúde se mantiveram ou se intensificaram (ALBRECHT *et al.*, 2000).

A partir da década de 1970, se disseminou a biotecnologia aplicada à área da agricultura, as chamadas biotecnologias “verdes” ou agrobiotecnologias - associadas principalmente às sementes e aos cultivos geneticamente modificados. Tais biotecnologias possuem amplas implicações éticas, econômicas e sociais que

continuam sendo o centro de controvérsias em âmbito tecnocientífico e de conflitos envolvendo movimentos sociais, entidades reguladoras e sociedade civil. Atualmente a quase totalidade da soja, milho, colza (mais conhecida pelo nome da variedade transgênica canola) produzidas no mundo são transgênicas. Brasil e Argentina se mantiveram por quase 10 anos entre os três principais “países agroexportadores” de soja, segundo os dados atualizados obtidos na página eletrônica do *International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications*. No Brasil também foram liberadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) os cultivos comerciais de variedades de feijão, algodão e eucalipto, como constam nos dados atualizados sobre liberações comerciais publicados na página eletrônica da CTNBIO.

Assim, é bastante compreensível, que toda essa dinamização das pesquisas envolvendo a biologia molecular e as biotecnologias - e suas cada vez mais amplas aplicações na biomedicina e na agricultura - tornaram esse campo de ação tecnocientífico um foco relevante para análise de diversas disciplinas no âmbito das humanidades, como sociologia, filosofia, ciências políticas, antropologia, entre outras.

Sheila Jasanoff (2006; 2012) analisou as “biotecnologias verdes”, especificamente os alimentos, cultivos e sementes geneticamente modificadas, como parte de um panorama mais amplo de expansão do neoliberalismo por meio das corporações multinacionais, como “impérios”, com origens históricas nos processos coloniais e subsidiados pela ciência moderna.

Ainda na infância, após mais de três décadas desde seus primeiros sucessos experimentais em laboratórios ocidentais, a assim chamada ‘biotecnologia verde’ tornou-se rapidamente uma indústria global, com promessas de enormes benefícios para os pobres do mundo. Ela reivindica a capacidade de superar a natureza, produzindo plantas resistentes à seca, capazes de repelir insetos e até mesmo, pela possibilidade de produzir micronutrientes por meio da engenharia genética, de transcender a linha divisória ‘normal’ entre alimentos e medicamentos (JASANOFF, 2012, p. 1000).

Atualmente as grandes corporações ou “impérios” desenvolvem tecnologias agrícolas como forma de avançar em seus interesses em escala mundial. A intensa velocidade dos processos de fusão e aquisição de empresas de P&D industrial voltadas ao desenvolvimento de biotecnologias, constituíram os pilares do que autores como Jasanoff denominam de bioeconomia, descrita como uma nova forma de produção, que emerge quando o capital atingiu os limites da produção industrial. A bioeconomia estaria dirigida a privatizar e obter lucro a partir das dimensões reprodutivas da vida cultural e biológica. Estas dimensões seriam os novos espaços para a intensificação dos processos produtivos e de comoditização.

Vários exemplos no âmbito do desenvolvimento das novas biotecnologias permitem evidenciar valores sociais (éticos, políticos, econômicos, entre outros) presentes em vários momentos do processo científico e desenvolvimento tecnológico - desde a produção da pesquisa, escolhas dos temas e das estratégias, até escolha de determinada estratégia de desenvolvimento tecnológico e forma de aplicação e adoção prioritária.

Vale lembrar que a conjuntura do pós-guerra foi marcada pela formação de novas redes científicas internacionais, gerando reflexos na definição das políticas de C&T desses países e reorganizando as prioridades de investimentos dos governos em algumas áreas privilegiadas da ciência, bem como, os modelos de aplicação desse novo regime técnico e científico da pesquisa biológica.

Nas últimas décadas, a comunidade acadêmica internacional teria empreendido um esforço massivo de padronização dos regimes locais de produção do conhecimento científico e na prática médica ocidental. O argumento de Lock (2007) está fundado na ideia de que a globalização de biotecnologias médicas e agrícolas, criadas e aprimoradas nos países desenvolvidos, serviu como instrumento de reprodução de relações coloniais para o exercício da prática científica. As incoerências da importação desse modelo por parte dos países pobres e em desenvolvimento ficaram explícitas tanto nos custos de aquisição, gestão e manutenção de equipamentos, quanto na dependência por novos insumos e produtos para a pesquisa e desenvolvimento em C&T. Além disso, a autora analisa que, as novas políticas nacionais de ciência e tecnologia no final do

século XX, priorizaram um tipo de produção de conhecimento bastante específico e particular dos países desenvolvidos (LOCK, 2007; LOCK; NGUYEN, 2010).

Lock argumenta ainda que o aumento da expansão transnacional da pesquisa e das tecnologias biomédicas é frequentemente visto como um esforço positivo para ampliar a inclusão, o acesso e a participação de diferentes atores, muito além do “norte global”. No entanto, esse mesmo processo pode revelar as desigualdades que continuam a moldar esses desenvolvimentos. Assim, esse processo tem se expandido pelo mundo apoiado no discurso de melhorar a saúde dos pobres a partir do uso de alta-tecnologia – um objetivo louvável, porém ainda elusivo (GIBBON *et al.*, 2018).

Biehl e Thomas (2009) assumem que a biotecnologia adotou um modelo estandarizado para todos os países, deixando de lado realidades e demandas próprias aos contextos culturais locais. Neste sentido, a revisão dessa literatura crítica da biotecnologia sugere que a globalização na biomedicina aprofundou a hierarquia entre o Norte e o Sul. Produtores de defensivos agrícolas, fármacos e de novas tecnologias e instrumentos na área médica e o fomento robusto à pesquisa genômica – ainda que uma parte da pesquisa tenha sido e continue sendo desenvolvida no Sul – tem significado um aprofundamento dos padrões de medição dos corpos e dos modelos padronizados (BOWKER; STAR, 1999; COSTA; SILVA, 2019).

Na biotecnologia verde, é necessário também entendermos a relação (e muitas vezes sobreposição) entre valores e tecnociência. O filósofo da ciência Hugh Lacey (2000; 2011) analisa o funcionamento da distinção entre eficácia e legitimidade no âmbito das controvérsias em torno dos transgênicos. Espera-se que o conhecimento que subjaz a alegação de que uma tecnologia funciona e como ela funciona, ou seja, sobre sua eficácia, seja confirmada de modo imparcial. A legitimidade por outro lado, envolveria as questões de benefícios, danos causados, riscos e possíveis alternativas. O autor desenvolve seu argumento utilizando o exemplo dos transgênicos, quando a eficácia para sua utilização é comumente explicada mediante as mesmas teorias da biologia molecular e da biotecnologia que permitiram seu desenvolvimento e quase nada dizem sobre condições sociais e ecológicas exigidas pelos transgênicos quando inseridos nas práticas agrícolas concretas – nada dizem sobre os efeitos diretos ou indiretos ou do desconhecimento dos mesmos. Conclui: a ciência dos interesses privados só tem a ganhar com a insistência da imparcialidade e a negação das ambiguidades e conflitos em torno da legitimidade, inerentes aos contextos de desenvolvimento e difusão das agrobiotecnologias. A negação da ambiguidade traz também consequências como a negação e/ou não desenvolvimento de alternativas tecnológicas alinhadas a outros projetos de desenvolvimento.

Jasanoff (2012, p. 1010) também aborda a questão da ambiguidade quando menciona os “registros diferentes” nos quais as agrobiotecnologias operam politicamente a legitimidade como parte de procedimentos de gestão e padronização. A biotecnologia seria simultaneamente uma “tecnologia material, que produz novos instrumentos para impedir danos e desordem, tais como plantas que resistem a insetos e a ervas daninhas ou à falta d’água, e redesenha pedaços da natureza”; e “um dispositivo metafísico, que traz novas entidades para o mundo e através desse processo, reordena nosso senso de correção tanto na natureza quanto na sociedade” (JASANOFF, 2012, p. 1010). A “legibilidade da moderna agricultura geneticamente modificada”, segundo a autora, demandaria “trabalhos de padronização eliminação de ambiguidade” em várias dimensões, entre elas ontológica e epistemológica (JASANOFF, 2012, p. 1014).

As discussões teóricas destacadas servirão de base para a análise proposta neste artigo, a qual inclui as implicações sociais dessas biotecnologias e as ações coletivas de resistência protagonizadas por mulheres frente às biotecnologias verdes e vermelhas em dois casos específicos no Brasil: medicalização versus parto natural e agricultura industrial *versus* camponesa.

2 Gênero e bios: reações cognitivas e cotidianas

No âmbito das epistemologias feministas, a legitimidade e a imparcialidade estão constantemente tensionadas por disputas. Melhor definindo, a imparcialidade não está em disputa porque “não é desejável” para

essas epistemologias, ao menos não da forma tradicional, como um sinônimo de neutralidade em relação a valores e interesses sociais, políticos e econômicos. Já a legitimidade é entendida como conceito relacional, que não existe abstratamente, que merece ser investigada considerando os conflitos, assimetrias, poderes, dispositivos sexistas e racistas que podem estar ocultos ou sobrepostos nas relações políticas, culturais e micropolíticas. A legitimidade nesta perspectiva feminista está muitas vezes implicada com a parcialidade, com o contexto e posição a partir da qual se reivindica o que é legitimidade.

Autoras como Sandra Harding, Helen Longino e Donna Haraway trabalham conceitos como os de “conhecimentos situados/parciais” (HARAWAY, 1995), “objetividade forte” e “empirismo feminista” (HARDING 1993; 1998; AYMORÉ, 2017; FARIA, 2017), nos quais desenvolvem justamente a ideia dos limites da objetividade da ciência e colocam a necessidade de revisão de critérios de objetividade para que a ciência possa de fato se aproximar da realidade social e dos interesses das mulheres, de outros grupos negligenciados e, de uma forma geral, de uma sociedade mais equitativa e democrática. Essas noções feministas estão próximas e explicitam as relações entre produção de conhecimentos, os sujeitos que produzem e seu local de observação/vivência, tentando manter uma constante reflexibilidade sobre os sentidos e significados dessas relações. A objetividade forte feminista exige esse exercício de qualificação dos conhecimentos e revisão da separação dicotômica sujeito-objeto. Demanda uma reflexibilidade forte em relação ao conhecimento produzido, no sentido de identificar os elementos sociais e valores que moldam as agendas, conteúdos e resultados da ciência. Torna o sujeito e o objeto do conhecimento como centrais para reflexão e a crítica (HARDING, 1993, p. 70-71).

Recolocar o sujeito na ciência numa perspectiva feminista, significa pensar de forma política, no sentido de questionar o “por quem” e o “para quem” da produção tecnocientífica e, portanto, explicitar as implicações ético/sociais/ambientais desta produção. Essa abordagem também abre algumas possibilidades para pensar em novos caminhos para discussão da ética orientada por noções como “valor ontológico” (SHIVA, 2001) e “ontologias ou realidades múltiplas” (MOL, 2002). Desde uma perspectiva crítica aos reducionismos tecnocientíficos e aos processos de mercantilização da ciência, Vandana Shiva realizou críticas contundentes às biotecnologias modernas e à engenharia genética, afirmando que embora a engenharia genética tenha o poder de “mexer com os genes, não tem o poder de produzir vida” e, quando se afirma a partir desta capacidade, estaria induzindo a um “erro ontológico” que reduz “as formas de vida a artefatos mecânicos e eletrônicos”:

O reducionismo da engenharia genética é perigoso porque falseia a base da vida e nos possibilita improvisações com ela de um modo irresponsável, dentro de uma ignorância total das consequências ecológicas da mudança de genes através das barreiras das espécies. O reducionismo em que se baseia a engenharia genética é epistemológica e socialmente perigoso (SHIVA, p.76, Entrevista *In* SANTOS, 2003, p.76).

Annemarie Mol, trabalhando sobre o tema da multiplicidade de formas de vivenciar uma mesma doença (o que a autora coloca em termos de “multiplicidades de uma mesma doença”), nos provoca a pensar: se nós não podemos mais nos sentir seguros ao perguntar se o conhecimento é verdadeiro com relação ao seu objeto (“causas-diagnósticos-sintomas”), não valeria mais a pena perguntar se as práticas são boas para os sujeitos (humanos ou outros) envolvidos nela? “Portanto, ao invés da verdade, devemos nos orientar pelo bem ou bondade (goodness). Ou melhor, não o bem como se existisse uma única versão dele, mas “bens” ou “bondades” (goodnesses)” (MOL, 2002, p. 165-166).

Essas noções poderiam contribuir para repensar, junto com as teorias e práticas de mulheres em diferentes contextos, os processos de instrumentalização e mercantilização dos corpos, natureza e da vida. Nos termos de Haraway, seria um trabalho de conceber uma ciência que seja capaz de oferecer “uma explicação mais adequada e mais rica do mundo e de como viver nele” e também conceber respostas éticas, políticas e epistemológicas distintas (HARAWAY, 1995, p. 15).

As mulheres organizadas em movimentos com base em comunidades rurais em vários países do Sul, como Brasil, Argentina e Índia, também questionam a legitimidade e a eficácia de tecnologias difundidas nos

espaços rurais. Em seus coletivos, elas têm denunciado os impactos negativos para autonomia e autossuficiência de suas comunidades e para o entorno socioambiental, além de adotarem formas de resistências em seus territórios e alianças para além deles. Do ponto de vista ético e epistêmico estão sendo concebidas propostas que denunciam a insustentabilidade materializada no “conflito capital/vida”, um conflito que se desdobra em inúmeras controvérsias em torno das agrobiotecnologias associadas aos cultivos transgênicos. Uma questão de fundo colocada por elas e que perpassa este conflito é mercantilização: a vida e o alimento não são simples mercadorias, visto que as sementes são patrimônios da biodiversidade e das culturas humanas (notadamente das comunidades camponesas responsáveis pelo seu melhoramento ao longo da história) e não *commodities* ou produtos patenteáveis.

Da mesma forma, diversos movimentos de mulheres têm reivindicado a autonomia e controle de seus próprios corpos, os quais têm sido cada vez mais manipulados, objetivados, reduzidos e parcelados pelo saber biomédico: a biotecnologia tem servido muito mais para controlar esses corpos do que para emancipá-los. Para Keller (1991), a ciência significa a dominação da natureza pelo homem e, considerando os valores patriarcais que alicerçaram a ciência moderna, isso inclui também a dominação do masculino sobre o feminino. A mulher passa a ser vista como um objeto a ser explorado, dominado pelo conhecimento (Feltrin e Velho, 2016). Assim, a tecnociência, com toda sua legitimidade social, tem servido diversas vezes para reproduzir preconceitos que subjugam as mulheres.

2.1 Resistências aos cultivos transgênicos no Brasil

As biotecnologias aplicadas à agricultura, especificamente à agricultura industrial, se inserem num contexto social e tecnocientífico mais amplo, de desenvolvimento de novas estruturas científicas e produtivas que reconfiguraram a lógica agrícola com uso de maquinarias de alta tecnologia, agroquímicos, técnicas de hibridização e melhoramento de cultivos e técnicas de transgenia. As sementes transgênicas foram produto de alterações genéticas (intercâmbio de genes entre espécies) em algumas das principais variedades de cultivos destinados ao agronegócio (TAIT, 2011).

As mulheres organizadas em movimentos rurais e camponeses em vários países do Sul vêm questionando a legitimidade e a eficácia de tecnologias difundidas em seus territórios e, de forma mais ampla, os processos globais de mercantilização da produção de alimentos em base a monocultivos, grandes propriedades e uso intensivo de químicos e agrotóxicos. Mas, as questões colocadas por elas partem não apenas de reações de ordem “prática ou material”. Possuem componentes éticos, cognitivos e políticos de não aceitação de visões de mundo e de desenvolvimento concebidas a partir de dicotomias como natureza/razão; natureza/cultura; produção/reprodução. De maneira mais ampla, poderiam se unificar em uma bandeira de luta onde corpo e territórios (ou terra) entrem como elementos centrais na resistência aos processos de mercantilização, instrumentalização e privatização – “Nossos corpos e territórios, nossas vidas”, poderia ser uma síntese provisória de várias lutas históricas e atuais das mulheres rurais e camponesas.

Como dito, essas posições têm lastro não apenas em questões materiais (corpo/terra), mas também em discussões filosóficas e epistemológicas, como por exemplo, o questionamento em torno das noções de essencialismo e naturalização das desigualdades e opressões, ambas bastante trabalhadas dentro das abordagens feministas. Filósofas como Maria Luísa Cavana, Alicia Puleo e Cristina Segura (2005), apontam que a dicotomia natureza/razão estaria na origem do conceito de humano. Nessa distinção, a natureza não representaria apenas o não humano, mas se constituiu como um campo de exclusão múltiplo onde se exerce o controle. Nele estão localizados também alguns grupos e aspectos da vida humana que são caracterizados como mais próximos da natureza. O ser definido como “próximo à natureza/feminino” é culturalmente visto como uma fonte e reserva suscetível a ser utilizada para fins da “razão”. Por este procedimento, a razão - e também as epistemologias hegemônicas derivadas dos procedimentos deste tipo de racionalidade - funcionam como elementos de justificação e naturalização da dominação da mulher, da natureza, de outros povos e grupos sociais. Para Grada Kilomba, escritora e artista portuguesa: “Epistemologia define não somente

como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditamos.” Então, o exercício crítico e de transformação seria o de pensar como podemos quebrar esses padrões que definem e restringem os conhecimentos válidos e legítimos (TAIT; BATISTA, 2018). Parte desse exercício é também reconhecer, visibilizar e contribuir com ações coletivas e movimentos sociais que já estão empreendendo esse exercício político e epistemológico.

Na década de 1980, o Brasil atravessou um momento de redemocratização política que favoreceu o surgimento de diversos movimentos sociais, entre eles, o de mulheres rurais. No princípio, as ações dessas mulheres tinham seus objetivos orientados a influenciar a nova Constituição (1988) e garantir o reconhecimento de direitos das mulheres como trabalhadoras rurais (principalmente a documentação trabalhista e o direito à previdência social).

Algumas autoras brasileiras ajudaram a entender esse contexto e a diversidade de ações e organizações. Elas descreveram os diferentes tipos de organização das mulheres no campo: as mulheres organizadas nos sindicatos; mulheres participantes de movimentos sociais mistos (de homens e mulheres), como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); e os movimentos autônomos de mulheres, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Além disso, existem outros movimentos mais recentes, como os de mulheres quilombolas, indígenas ou das quebradeiras de coco na Amazônia (PAULILO, 2003; SILIPRANDI, 2009).

Uma dimensão da importância desse momento político inicial é o número elevado de encontros de mulheres trabalhadoras rurais - pelo menos 12 - realizados apenas no ano de 1985 em diversas regiões do país. No ano seguinte, em novembro de 1986, as mulheres rurais realizaram em Brasília o seu primeiro “Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais”. Na análise de Sales (2007), quando essas mulheres começam a participar dos movimentos também começam a se reconhecer com portadoras de saber-poder e repensar sua vida e cotidiano. Em 1995, foi instituída a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que se vincula à Via Campesina, uma organização internacional camponesa, junto com o Movimento de Mulheres Agricultoras. Neste momento, passaram a assumir o nome de Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC).

A primeira década dos anos 2000 foi o período em que as agricultoras apareceram publicamente e, pela primeira vez, como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito a serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado (SILIPRANDI, 2011; 2007). Em 2000, por exemplo, foi realizada uma grande mobilização camponesa nacional: a primeira Marcha das Margaridas – uma homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assassinada em 1983. A Marcha desde então é coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, atualmente, faz parte da agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres.

Em março de 2006, as mobilizações pelo Dia Internacional da Mulher incluíram uma manifestação contra a Aracruz (empresa de produção de papel) e contra os transgênicos. Essa manifestação teve a participação de cerca de 2 mil mulheres unificadas dentro do movimento de Mulheres da Via Campesina e coordenadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas. Elas realizam a ocupação do horto florestal e de um laboratório da Empresa Aracruz Celulose, com o objetivo de denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” (monocultivos de eucalipto).

Em 2007, a Marcha das Margaridas incluiu a segurança alimentar e nutricional como pauta central junto com a crítica ao modelo do agronegócio e do hidronegócio. Neste momento, propunham a agroecologia como a base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo. Além disso, também cobravam posições dos demais sindicalistas e dos governos em relação à questão da violência de gênero no campo, exigindo o cumprimento da Lei Maria da Penha (2006), de prevenção da violência contra mulher.

Nas edições seguintes da Marcha das Margaridas e nos atos do Dia Internacional da Mulher, as mulheres realizaram ocupações de fazendas identificadas com o monocultivo e o cultivo de transgênicos, de prédios públicos e redes de *fast-food*. As ações estiveram baseadas em um discurso político de oposição ao avanço

do agronegócio e da produção de monoculturas voltadas para a exportação, bem como denunciando um modelo de desenvolvimento de caráter agroexportador que compromete a soberania e a segurança alimentar (SILIPRANDI, 2011).

Mesmo considerando a diversidade dos movimentos e das mulheres militantes rurais e camponesas, é possível identificar componentes comuns nas lutas dessas mulheres, como: defesa do reconhecimento social dos fazeres e saberes camponeses; a contraposição ao modelo agroindustrial, mercantilização das sementes e uso de agrotóxicos; defesa da agricultura familiar e da pequena propriedade; luta pela igualdade e fim da violência de gênero; e uma concepção singular e comprometida com a natureza e a vida (TAIT, 2015; SILIPRANDI, 2009; 2011).

Maria Ignez Paulilo (2010) observou em seu trabalho que os discursos pela “desmercantilização” da vida, da natureza e das sementes de integrantes do MMC apresentam componentes espirituais, que dialogam com uma forma específica de crítica ao pensamento racionalista instrumental ocidental em relação à vida e à natureza. Segundo a autora, a postura crítica do Movimento de Mulheres Camponesas seria resultante da experiência pessoal destas mulheres como agricultoras com a destruição do meio ambiente e com o perigo dos agrotóxicos, uma vivência reforçada por uma religiosidade tradicional.

Na definição elaborada pelo próprio Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil estão elementos de uma identidade coletiva múltipla e complexa – mulher, camponesa, classe trabalhadora, militante - que mostram a influência de matrizes ideológicas socialistas e feministas. A complexidade e a singularidade deste movimento permitem revelar algumas facetas das identidades construídas por mulheres pertencentes às classes populares e não urbanas: ribeirinha, quebradeira de coco, assentada. No site do Movimento (<http://www.mmcbrazil.com.br/>) estão descritas as características do projeto de agricultura camponesa almejado com igualdade entre mulheres e homens e respeito à natureza, para que:

[...] as tecnologias desenvolvidas pelas trabalhadoras e trabalhadores com o auxílio da ciência possam ser voltadas aos interesses das camponesas e dos camponeses, facilitando a produção de alimentos saudáveis; a organização coletiva do grupo familiar seja voltada à construção de novas formas de vivência e convivência de maneira a superar as relações da família patriarcal e machista; à construção coletiva de espaços de poder partilhado de mulheres e homens, tanto nos espaços privados quanto nos públicos; mudança nas relações humanas, construindo uma visão ampla e integral da vida, do ser humano e de desenvolvimento sustentável do planeta; respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica e de espiritualidade (MMC, 2018).

Atualmente o MMC continua um movimento articulado e ativo, tendo ação importante na realização de mobilizações e na manutenção e difusão da crítica ao agronegócio e também na elaboração de propostas de ações em torno da “agricultura camponesa de base agroecológica”.

As biotecnologias verdes, aqui delimitadas em torno dos cultivos e sementes transgênicas, afetam os corpos, a qualidade de vida e as possibilidades de vida de populações e comunidades rurais e de mulheres do Sul. Como trazido anteriormente, em países como Brasil, os movimentos de mulheres rurais e camponesas têm resistido à dispersão destas tecnologias e denunciado os impactos negativos para a soberania alimentar, meio-ambiente e sociedade, e, principalmente, para as formas de organização comunitária e de mulheres do Sul, devido à perda e deterioração de seus meios para subsistência.

As expressões de resistência de movimentos de mulheres no Brasil se aproximam de outras práxis feministas com origens em distintos locais no Sul e também no Norte. A filósofa ecofeminista Alicia Puleo (2015) entende que vivemos o Antropoceno, uma “época do mundo na qual o ser humano tem enorme capacidade de transformar e destruir a terra que o acolhe”, que tem promovido a “proliferação de ciborgues como os transgênicos que se constituem como uma intervenção sem precedentes no delicado tecido da vida” materializando o antigo ideal de dominação da Natureza. Para a autora esta vertente feminista mostrou que o feminismo tinha algo a dizer à respeito da crise ecológica (PULEO, 2015, p.16).

Assim, a relação entre corpo, territórios e natureza também é trabalhada por autoras do Norte, como pelas teóricas feministas espanholas Yayo Herrero (2016) e Amaia Orozco (2014). Para Herrero, as teorias devem considerar que os seres humanos vivem em corpos encarnados e inseridos no meio natural, que dependem de recursos e cuidados constantemente, o que expressa conceitualmente através das noções de interdependência e ecodependência. Orozco traz elementos para pensar sobre a constituição de um sistema capitalista e heteropatriarcal perverso no qual os trabalhos e relações que “sustentam a vida humana” e permitem “uma vida que vale a pena ser vivida” são totalmente negligenciados.

Também, desde o Sul, os movimentos de mulheres camponesas e de mulheres indígenas vêm desenvolvendo práticas e teorias a partir de suas vivências comunitárias e práticas políticas. A feminista comunitária indígena (maya-xinka) Lorena Cabnal (2010) fala sobre a cosmovisão e a reciprocidade entre corpo e natureza, complementaridade entre homens e mulheres, a comunidade entre todxs, incluindo natureza, dentro de uma cosmovisão mais ampla de “bem viver”. As suas contribuições ressaltam que para este pensamento feminista o corpo das mulheres não pode ser pensado fora de sua relação com os territórios e a terra.

As reflexões e ações do coletivo “Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo” evidenciam outras demonstrações do trabalho de construção de abordagens críticas a partir da categoria território e corpo numa perspectiva de gênero. Este coletivo é formado atualmente por integrantes do Equador, Brasil, Uruguai e México. Na reportagem de Gabón (2018), centrada na viagem do coletivo pela Europa, podemos entender mais esta concepção própria de feminismo e pensamento ambiental a partir dos territórios. Duas de suas integrantes, Tania Cruz y Gabriela Ruales, colocam as categorias “corpo e território” como centrais para compor uma “metodologia de análise” sobre os ataques das políticas extrativistas em seus países. A proposta é partir do entendimento de como o corpo adoece/padece e reproduz relações de poder do sistema capitalista, patriarcal, colonial, racista e antropocêntrico. Segundo as duas ativistas, esta metodologia está baseada na educação popular feminista que busca repensar a relação do corpo e território para romper a distância sujeito-objeto, propondo um entendimento dos corpos como intimamente relacionados (“constituídos”) pelo espaço que habitam, seu clima, sua geografia, sua história e alimento.

Assim, fortalecendo análise a partir da confluência entre teoria e prática, os Ecofeminismos, Feminismos Camponeses, Feminismos Comunitários - e vários outros movimentos de mulheres do Sul identificados com ideias em torno ao comunitário indígena e descolonial - vêm denunciando o caráter destrutivo da relação entre humanos e natureza e propondo outras bases de pensamento, ação e valoração que buscam superar o sexismo, classismo, racismo, antropocentrismo e especismo.

2.2 Reações à medicalização do parto no Brasil

Atualmente, o Brasil vem sendo apontado como um dos países com as maiores taxas de realização de partos cesarianos no mundo, contrariando as indicações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que os partos com intervenção cirúrgica não ultrapassem 15% do total de casos (OMS, 2005). A OMS alerta ainda que o profissional de saúde deve intervir no parto o mínimo possível, já que a utilização de procedimentos cirúrgicos de forma indiscriminada expõe ao risco a saúde das mulheres e recém-nascidos (OMS, 2005).

O próprio Ministério da Saúde (MS) reconhece que o país vive hoje uma “epidemia de operações cesarianas”, já que realiza a cada ano cerca de 1,6 milhão dessas operações e se tornou o modo mais comum de nascimento no Brasil (BRASIL, 2016). Em geral, esse tipo de parto ocorre com maior intensidade em hospitais privados e em regiões brasileiras economicamente mais desenvolvidas. Inúmeras razões são destacadas para a frequente intervenção cirúrgica no parto, que vão desde a conveniência em escolher o dia e hora do parto, tempo de espera, até fatores de cunho econômico – dado que a remuneração do médico por parto cesárea é maior do que no parto vaginal.

Essa situação aponta que, no Brasil, o modelo de atenção ao parto é definido como um evento médico e tecnológico, onde a gestante é tratada como “paciente”, os partos são em sua maioria hospitalares e o

médico é a figura responsável pela sua execução (PATAH; MALIK, 2011). Davis-Floyd (1992; 2001) critica esse modelo tecnocrático que representa a corrente de pensamento convencional e que norteia a prática da assistência obstétrica há décadas, reduzindo a mulher à condição de paciente, sem autonomia sobre o seu corpo, distanciada de seus familiares e do próprio filho ao nascer (TORNQUIST, 2002). Nesse sentido, o parto é encarado como um processo patológico, de caráter intervencionista e reduzido ao plano biologicista (SEIBERT *et al.*, 2005).

Além disso, mesmo nos casos de partos por via vaginal, o controle médico é evidente. Esse modelo ganhou ainda mais força a partir da segunda metade do século XX, em decorrência de uma rápida expansão do uso de tecnologias de assistência ao parto com a finalidade de desencadear, regular, acelerar, ou monitorar o processo fisiológico do parto: utilizando o argumento de melhorar a qualidade da assistência ao parto, muitos médicos acabam adotando uma série de intervenções inapropriadas, desnecessárias e arriscadas (DINIZ, 2001). A episiotomia de rotina, incisão no períneo para facilitar e acelerar a passagem do bebê, rompimento da bolsa, excesso de toques vaginais, e o uso indiscriminado do hormônio ocitocina para acelerar o trabalho de parto, são somente alguns dos exemplos de procedimentos utilizados desnecessariamente de maneira rotineira por muitos médicos.

Na contramão dessas práticas médicas bastante difundidas atualmente, onde a cesárea eletiva e as intervenções rotineiras são vistas como “avanços tecnológicos” que liberaram as mulheres dos “incômodos” associados ao processo do parto, um número cada vez maior de mulheres se organiza para entender os fenômenos do próprio corpo e se tornarem ativas no processo de decisão sobre seu parto. A partir da década de setenta, o movimento de mulheres se organizou inicialmente para a discussão do direito de decidir sobre ter ou não ter filhos, questionando a maternidade obrigatória como um destino biológico de toda mulher. Entretanto, na mesma década, o movimento passou a reconhecer que, mesmo quando a maternidade era uma escolha consciente, era vivida em condições de opressão, relacionadas ao controle social e a submissão das gestantes a um conjunto de intervenções institucionais, especialmente médicas (DINIZ, 2001; 2005).

Atualmente, os principais grupos de resistência à biomedicalização do parto estão entre os defensores do parto natural humanizado. Tais grupos defendem o direito de escolha com relação ao seu próprio parto, ou seja, que a mulher assuma um papel de protagonista e não fique à mercê da decisão médica. O foco passa a ser no empoderamento feminino, dando a liberdade de escolha à mulher para que ela opte pela melhor forma de parir mesmo que isto signifique a adoção de uma analgesia ou uma intervenção cirúrgica. Na definição da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento (Rehuna), entende-se como humanização do parto o reconhecimento dos direitos fundamentais das mães e recém-nascidos, envolvendo o direito à escolha da tecnologia apropriada na assistência ao parto. O conjunto de demandas incluiria o direito à escolha do local, dos acompanhantes e das formas de assistência no parto, além da preservação da integridade corporal de mães e crianças, do respeito ao parto como experiência altamente pessoal; a assistência à saúde e o apoio emocional, social e material em todo o ciclo gravídico-puerperal, bem como, a proteção contra abuso e negligência (DINIZ, 2005; REHUNA, 2000 *apud* DINIZ, 2001).

A humanização no atendimento ao parto é um conceito relativo, usado há décadas e com diferentes sentidos. Na segunda metade do século XX, por exemplo, diversos médicos e pesquisadores, além de autoridades internacionais em obstetrícia defendiam que a narcose e o uso do fórceps eram considerados estratégias de humanização à assistência ao parto (DINIZ, 2005). Os diversos conceitos relativos à humanização da assistência ao parto convergem para a ideia de “mudança na compreensão do parto como experiência humana e, para quem o assiste, uma mudança no “que fazer” diante do sofrimento do outro humano”, contrastando com o modelo de assistência anterior pautado na visão católica de que o sofrimento no parto seria uma determinação divina para que as mulheres pagassem pelo pecado original, o que se tornava um empecilho ao apoio no alívio das dores e riscos do parto (DINIZ, 2005, p.2).

A realidade do parto natural no Brasil é muito particular e até mesmo contraditória. Se a escolha por esse modelo de parto passou a desencadear uma luta constante das mulheres de classes sociais mais altas - as quais podem pagar pelo auxílio de doulas e/ou enfermeiras obstétricas para acompanharem o parto, conse-

guem organizar uma infraestrutura adequada para realização do parto e também podem investir em uma série de técnicas preparatórias, como yoga, exercícios Kegel, pilates, etc.- para outras mulheres residentes em regiões onde o acesso ao serviço de saúde é precário, o parto natural (especialmente o domiciliar) torna-se a única alternativa possível. Neste último caso, essas mulheres deixam de ter uma escolha sobre o modo com que desejam vivenciar essa fase e, em casos onde há complicações – em que o parto cesariano poderia ser indicado –, elas não têm a quem recorrer.

Os movimentos de resistência ao modelo biomédico estabelecido para o parto no Brasil, além de ampliar a reflexão sobre o processo de parir, buscam também refletir sobre as visões tradicionalmente reproduzidas na sociedade sobre a própria gestante. Assim, buscam desconstruir a visão da gestante como incapaz de parir ou como doente e, a partir dessa mudança na autopercepção da mulher e seu envolvimento nas decisões sobre seu próprio corpo, elas se tornam empoderadas e ativas em seu parto.

No caso brasileiro, podemos citar as recentes mudanças nas diretrizes para o parto cesáreo e para o parto natural como um reflexo positivo das pressões desses grupos ativistas. O texto apresentado pelo Ministério da Saúde apresenta a colaboração de diversos grupos sociais e a articulação de diferentes campos do conhecimento. Recentemente, o Ministério da Saúde publicou a Portaria 353/2017 aprovando as diretrizes baseadas em evidências científicas voltadas à assistência ao parto normal no Brasil (BRASIL, 2017). No Estado de São Paulo, a chamada Lei do Parto Humanizado (15.759/2015), sancionada em março/2015, estabeleceu novas regras para a garantia dos direitos básicos da gestante, do bebê e do pai em toda a rede pública do Estado de São Paulo durante todo o período da gravidez e pós-parto, o que também pode ser vista como resultado das reivindicações dos grupos ativistas do parto humanizado contra práticas tidas como desnecessárias no parto e a violência obstétrica, reflexões que têm forte contribuição teórica das ciências sociais.

Movimentos como os ligados ao parto natural são particularmente interessantes por serem capazes de articular conhecimento e política, tendo em vista que se focam simultaneamente na produção de conhecimentos e na mobilização desses conhecimentos para a gestão de problemas de saúde (RABEHARISOA *et al.*, 2013). Para alcançarem as mudanças epistemológicas, os grupos de pacientes/usuários tornam-se parte integrante das redes de conhecimentos juntamente com especialistas credenciados, além de buscarem colaborar com as autoridades de saúde e profissionais médicos. Tal postura é muito mais “reformista” do que de confronto, uma vez que tais grupos não se alinham ou se opõem simplesmente aos diferentes tipos de conhecimento em questão, mas procuram estabelecer relações entre esses corpos de conhecimento, ou seja, buscam traduzir a experiência das pessoas para a linguagem da ciência e da medicina e vice-versa, tornando suas situações perceptíveis não só para especialistas médicos e profissionais de saúde, mas também para si mesmos (RABEHARISOA *et al.*, 2013).

Esta característica, muito presente nos grupos de apoio ao parto natural, possibilita que as mulheres sejam socializadas com conceitos médicos sobre seus próprios corpos para que se tornem capazes de assumir escolhas na hora do parto. Assim, esses grupos não podem ser vistos como contrários ao conhecimento científico, mas antes como aliados na construção desse conhecimento, uma vez que articulam suas experiências empíricas no corpo ao conhecimento médico-científico.

3 Algumas conclusões

Podemos estabelecer paralelos entre práticas, valores e lógicas que tornaram possíveis e “aceitáveis” a instrumentalização tanto da natureza, da terra e das sementes, quanto dos corpos das mulheres, produzindo a deterioração de modos e condições de vida nos “corpos-territórios”. Os procedimentos de homogeneização, mercantilização e redução da complexidade e da diversidade da vida são intrínsecos à lógica predominante de desenvolvimento e de difusão das biotecnologias verdes e vermelhas até o momento.

A difusão de algumas biotecnologias vermelhas e verdes e de todo marco científico que as subsidiam tem sido acompanhada de consequências particulares para as mulheres do Sul. Entretanto, deve-se considerar

que essas mulheres não fazem parte de uma categoria homogênea. Da mesma forma, as consequências ambientais e sociais são cada vez mais globais, mesmo que não sejam iguais em escala e profundidade. Fatores como cor/etnia, escolaridade, regionalismos, bem como questões socioeconômicas, alteram o modo com que estas mulheres se relacionam com tais tecnologias. No caso da resistência aos transgênicos e aos pacotes tecnológicos da agricultura industrial associados, as mulheres rurais e camponesas (mesmo posicionando-se geralmente em estratos sociais de menor renda e com maiores dificuldades de acesso à escolaridade, saúde e demais estruturas públicas), são as que exercem protagonismo, fortalecidas em movimentos sociais como MMC e diversos outros movimentos, associações e coletivos.

No caso das questões envolvendo as biotecnologias vermelhas, as mulheres com maior renda e escolaridade parecem estar à frente da discussão. Isso se deve ao fato de que, para contestarem ou adotarem o uso dessas tecnologias do corpo, as mulheres devem primeiro ter acesso a elas, questão que no Brasil não é uma realidade: até mesmo o acesso ao serviço básico de saúde é desigual. Assim, os movimentos de mulheres relacionados às biotecnologias vermelhas, partem majoritariamente de mulheres de regiões economicamente mais desenvolvidas (sul e sudeste), as quais têm maior acesso aos serviços de saúde. Além disso, algumas conseguem seguir caminhos alternativos àqueles já estabelecidos por conseguirem pagar por esses serviços, como é o caso dos serviços de apoio ao parto natural humanizado ou, até mesmo, das clínicas clandestinas de aborto.

Analisar essas duas formas de ações coletivas de mulheres desde as epistemologias feministas nos permitiu pensar nas aproximações entre os casos da medicalização do parto e ações de resistências de camponesas ao modelo agroindustrial. Podemos aproximá-los no aspecto fundamental das raízes epistêmicas e valorativas da violência contra a mulher e a natureza. Permitem entender e visualizar/visibilizar o funcionamento de “dicotomias hierárquicas” (MAFFÍA, 2005) na ciência e no desenvolvimento e difusão de tecnologias. Essas dicotomias associadas historicamente ao feminino e masculino, desprestigiaram as mulheres independentemente do “estrato social”. As divisões: sujeito/objeto; racional/emocional; público/privado; fatos/valores; corpo/mente; natureza/cultura - são polos de prestígio/desprestígio que funcionam de forma associada nas práticas condicionadas por lógicas econômicas mercantis.

As contestações e propostas que se constituem a partir da vida cotidiana e das práticas políticas de ações coletivas de mulheres que foram abordadas neste artigo, permitem também um diálogo com a noção de “corpo-política do conhecimento”, que foi desenvolvida dentro das teorias descoloniais (GROSFOGUEL, 2006; CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007; MIGNOLO 2009; 2015). A “corpo-política do conhecimento” surge como categoria que se opõe à “ego política do conhecimento”. A ego política é entendida pelo autor como alicerçada no “eu cartesiano”, desencarnado, deslocalizado e, por isso, capaz de emitir enunciados imparciais e universais sobre o mundo. Para entender a ego política os autores trabalham com a noção de “hybris do ponto zero” ou do “desejo do olho de Deus”, definida como o conhecimento que tem a pretensão de observar tudo de um ponto privilegiado. Essa forma de pensar o conhecimento seria a que predomina tanto nas ciências humanas e sociais, quanto nas ciências da natureza e exatas. Na corpo-política do conhecimento o conhecedor e o conhecimento sempre estão implicados no corpo e na geopolítica dos territórios. Como essas últimas considerações, fechamos um ciclo no qual as teorias feministas do conhecimento situado dialogam com as práticas de resistência das mulheres baseadas no “corpo-território” do Sul e com a produção de corpo-conhecimento conforme entendida dentro da abordagem descolonial latino-americana.

Essas reflexões nos (re)colocam diante do desafio teórico e da ação comprometida frente às violências materiais e simbólicas dirigidas ao *continuum* feminino/corpo/natureza que historicamente e persistentemente é objetificado e estereotipado. Nos parece central ressaltar que o funcionamento dessas dicotomias hierárquicas como parte de ações de deslegitimação de conhecimentos e propostas éticas e políticas também estão nas bases das concepções científicas que justificam as práticas estandardizadas nos ambientes acadêmicos, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos espaços onde se dão as práticas de atendimento à saúde, bem como, nos locais de definição das práticas agrícolas priorizadas nas políticas públicas. As ações coletivas protagonizadas por mulheres do Sul apresentadas neste artigo nos permitem vislumbrar outras racionalidades

e práticas políticas e cotidianas, que colocam a dimensão reprodutiva, do cuidado, da interdependência e da sustentabilidade da vida como centro.

Referências

- ALBRECH, Gary. L.; FITZPATRICK, Ray; SCRIMSHAW, Susan. C. *Handbook of Social Studies in Health and Medicine*. London: Sage Publication, 2000.
- ALVAREZ, Sonia.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos*: Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- AYMORE, Débora. Objetividade forte como alternativa à ciência livre de valores. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 175-186, junho 2017.
- BIEHL, João; MORAN-THOMAS, Amy. Symptom: subjectivities, social ills, technologies. *Annual Review of Anthropology*, n. 38, p. 267-288, 2009.
- BOWKER, Geoffrey; STAR, Susan *Sorting Things Out*. The MIT Press, 1999.
- CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR, 2010.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- CASTELLANOS, M. E. P; NUNES, E. D. *A sociologia da saúde: análise de um manual*. Physis, 2005.
- CLARKE, Adele; SHIM, Janet; MAMO, Laura; FOSKET, Jennifer; FISHMA, Jennifer. Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness, and U.S. Biomedicine. *American Sociological Review*, pp.161-68, April, 2003.
- CONRAD, Peter. *The Medicalization of Society: On the transformation of Human Conditions into Treatable Disorders*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2007.
- COSTA, M.; SILVA, R.. A pesquisa biomédica e em saúde: uma interpretação sociológica. In: Dossiê Sociologia da pesquisa biomédica e em Saúde, *Revista Sociologias*, UFRGS, 2019 (no prelo).
- DAVIS-FLOYD, Robbie. The technocratic, humanistic and holistic paradigms of childbirth. Austin (Tex): *International J Gynecol&Obst* 2001; vol. 75, pp. 5-23.
- _____. *Birth as an American Rite of Passage*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2005, vol. 10, n. 3, pp. 627-637.
- _____. *Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto*. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. SÃO PAULO, 2001, 253p.
- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro mundo – O programa de investigación de modernidade/colonialidad latinoamericano. *Revista Tabula Rasa*, 2003, n.4, p. 50-161.
- ETZKOWITZ, Henry; WEBSTER, Andrew; HEALY, Peter. (eds.) *Capitalizing Knowledge: New Intersections of Industry and Academia*. New York: The State University of New York Press, 1998.
- FARIA, Rodrigo, C. Situando Longino no debate sobre os valores na ciência. *Scientiae Studia*, 2017, vol. 15, n. 1, p. 163-173.
- FEENBERG, Andrew. Teoria Crítica da Tecnologia: Um panorama. In: *A teoria A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: UNB/Observatório de Tecnologia Social. p. 129-144, 2010.
- FELTRIN, Rebeca B; VELHO, Lea. Representações do Corpo Feminino na Menopausa: Estudo Etnográfico em um Hospital-Escola Brasileiro. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, , Apr. 2016, Rio de Janeiro, n. 22, p. 148-174. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984_64872016000100148&lng=en&nrm=iso>. Acesso 1/12/2018.
- GABÓN, Eleutério. *Una mirada crítica al extractivismo desde el feminismo*. Disponível em: <<https://www.elsaltodiario.com/extractivismo/mirada-critica-extractivismo-feminismo>>. Acesso 1/12/2018.
- GARCÍA, Marta Gonzáles. El estudio social de la ciencia en clave feminista: género y sociología del conocimiento cien-

- tífico. In: BARRAL, M.J; MAGALLÓN C. M. *Interacciones Ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.
- GIBBON, Sahra; PRAINSACK, Barbara; HILGARTNER, Stephen; LAMOREAUX, Janelle. *Handbook of Genomics, Health and Society*, 2nd Ed., Routledge International Handbooks, USA. 2018.
- GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2008, n.80, p.115-147.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, 1995, n. 5, p. 7-41.
- HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, E. (Ed.). *Debates en torno a una metodología feminista*. pp. 9–34. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco, 1998.
- _____. Rethinking Standpoint Epistemology: What Is Strong Objectivity? In: ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth. *Feminist Epistemologies*. New York and London: Routledge, 1993.
- HERRERO, Yayo. Economía Feminista y Economía Ecológica, el diálogo necesario y urgente. *Revista de Economía Crítica*, p. 144-161. n.22, 2016.
- JASANOFF, Sheila. Biotechnology and empire: the global power of seeds and science. In: MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth (Eds.) *The Global Politics of Science and Technology*. p.273-292. Chicago: Osiris, v.21, n.1, 2006.
- _____. Biotecnologia e império: o poder global das sementes e da ciência. In: MARQUES, Ivan da Costa et al. Sheila Jasanoff: localizando o global. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 993-1040, Sept, 2012.
- KELLER, Evelyn Fox. *Reflexiones sobre género y ciencia*. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim. 191 p, 1991.
- LACEY, Hugh. As sementes e o conhecimento que elas incorporam. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 2000, p. 53-58, v. 14, n. 3.
- _____. Prefácio. In: TAIT, Márcia M. *Tecnociência e Cientistas: Cientificismo e controvérsias na política e biossegurança brasileira*. São Paulo: Annablume, 2011.
- LATOURET, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.
- LOCK, Margaret. Biomedical Technologies, Cultural Horizons, and Contested Boundaries. In: HACKETT, E. J. AMSTERDAMSKA, O; LYNCH, M.; WAJCMAN, J. (eds.) *The Handbook of Science and Technology Studies*, pp. 875-900, Cambridge, MA: MIT Press, 3a ed, 2007.
- LOCK, M; NGUYEN, V. *An Anthropology of Biomedicine*. Wiley-Blackwell, USA. 2010.
- LÖWY, I; GAUDILLIÈRE, J. Localizing the Global: Testing for Hereditary Risks of Breast Cancer. *Science, Technology & Human Values*, 2008.
- MAFFÍA, Diana. Epistemología feminista: por una inclusión de lo femenino en la ciencia. In: BLÁZQUEZ GRAF, N.; FLORES, J. (Eds.). *Ciencia, tecnología y género en Iberoamérica*. México: Universidad Autónoma de México – Plaza y Valdes, 2005, p. 623-633.
- MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica, pensamiento independiente y libertad decolonial. *Otros Logos: Revista de Estudios Críticos*. n.1, pp. 8-42. 2009.
- _____. Pensamiento decolonial, desprendimiento y apertura. In.: MIGNOLO, Walter (org.), *Habitar la frontera: sentir y pensar la decolonialidad*. Barcelona: CIDOB, 2015.
- MOL, Anne Marie. Ontological Politics. A Word and Some Questions. In: LAW, John; HASSARD, John. (Org.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999.
- OROZCO, Amaia Perez. *La subversión Feminista de la Economía*. Traficante de Sueños: Madrid, 2014.
- PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMAN, M. (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito*. São Paulo: Marco Zero/ILDES-FES/Labor, 1995.
- PAULILO, Maria Inês. Movimientos de mujeres agricultoras y empoderamiento em Brasil. In: CRUZ, F. (Org.). *Perspectiva de gênero y desarrollo rural*. Madrid: Edición Asociación País Románico, 2011.
- _____. Intelectuais e Militantes e a Possibilidade de diálogo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 927-940, v. 16, n. 3, set-dez, 2010.
- POTH, Carla. Políticas de bioseguridad en Argentina y Brasil. Algunas reflexiones comparadas sobre el origen de este

concepto y sus particularidades. *VII Jornadas Latino-americanas de Estudios Sociales da Ciência e Tecnologia*, Rio de Janeiro, 2008.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - *Human development report for Latin America and the Caribbean*. Santiago do Chile, 2010.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do desenvolvimento humano. Brasília: PNUD/Ipea/FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 8 mai. 2016

PULEO, Alicia. Prefácio. In: TAIT, Marcia Maria Lima. *Elas dizem não!* Mulheres Camponesas e resistência aos cultivos transgênicos. Campinas: Librum, 2015.

_____. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid: Grupo Anaya/ Edições Cátedra, 2011.

_____. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: PULEO, A.; SEGURA, C.; CAVANA, M. L. (Coords.). *Mujeres y ecología: Historia, pensamiento y sociedad*. Madrid: Laya, 2005.

RABEHARISOA, Vololona; MOREIRA, Tiago; AKRICH, Madeleine. Evidence-based activism: Patients'organisations, users' and activist's groups in knowledge society. *CSI WORKING PAPERS SERIES 033*. 2013.

SALES, Celecina de Maria Vera. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 437-443, v. 15, n. 2, agosto, 2007.

SEDEÑO, Eulalia Pérez. Feminismo y Estudios de Ciencia Tecnología y Sociedad: nuevos retos, nuevas soluciones. In: BARRAL, M.J; MAGALLÓN C. M; SANCHEZ M. D. (eds). *Interacciones Ciencia y género*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Una epistemología del Sur*. México: Século XXI e CLACSO, 2009.

SANTOS, Laymert Garcia. A nova colonização genética. Entrevista Vandana Shiva. In: *Polítizar as novas tecnologias*. São Paulo: Editora 34, 2003.

SEIBERT, Sabrina L; BARBOSA, Jéssica L S; SANTOS, Joares M.; VARGENS, Octavio MC. Medicalização x humanização: o cuidado ao parto na história. *Revista de Enfermagem da UERJ*. 13:245-51, 2005.

SHIVA, Vandana. *Abrazar la vida*. Madrid: Horas y Horas Editorial, 1995.

_____. *Las nuevas guerras de la globalización: Semillas, agua y formas de vida*. Madris: Editorial Popular, 2007.

_____. *Biopirataria: A pilhagem da Natureza e do Conhecimento*. São Paulo, Vozes, 2011.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. *Cadernos Agroecológicos*, p. 845-849, v. 2, n.1, 2007.

_____. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

_____. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamento Latino-americano*, 2011, N. 9, p. 170-183.

TAIT, Marcia M. L.; BATISTA, Paula, C. Gênero e raça na interface tecnociência, cultura e política, Dossiê 197, *Revista Comciencia*. abril, 2018.

TAIT, Marcia M. L. *Elas dizem não!* Mulheres Camponesas e resistência aos cultivos transgênicos. Campinas: Librum, 2015.

_____. *Tecnociência e Cientistas: Cientificismo e controvérsias na política de biossegurança brasileira*. São Paulo: Anablume, 2011.

TORNQUIST, Carmen S. Humanização do parto: entrevista com Robbie Davis-Floyd. *Rev. Estud. Fem.* vol.10 no.2 Florianópolis July/Dec. 2002